

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1465 | 25/02/2019 a 03/03/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



MERCADO GLOBAL

SUBSÍDIOS DESIGUAIS

Mesmo com pouco incentivo perante outras potências mundiais, Brasil é referência no agronegócio

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Nos dias atuais, competir no chamado mundo globalizado não é tarefa fácil. O cenário já complicado fica ainda mais difícil com regras e artifícios diferentes entre os “competidores”. No agronegócio mundial, esse é o desafio enfrentado diariamente pelos produtores brasileiros (e paranaenses) perante os colegas de outros países. E mesmo assim, somos destaque e referência entre os próprios competidores.

A diferença nas regras do jogo está nos subsídios ofertados pelos governos aos produtores. A disparidade entre as potências mundiais do agronegócio é gritante. É simples entender o que acontece. De forma direta, enquanto os governos da União Europeia e dos Estados Unidos garantem subsídios de US\$ 406 e US\$ 47 por hectare, respectivamente, aos produtores, por aqui são apenas US\$ 16. Isso distorce o mercado e gera uma concorrência desleal, com perdas financeiras significativas. E para piorar ainda mais, o governo federal cogita cortar o já escasso subsídio aos brasileiros.

Como bem lembrou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, na matéria de capa deste Boletim que trata do tema, produtores de países com agronegócio desenvolvido contam com incentivo do governo. Por aqui não pode ser diferente. Afinal, produzir alimento, além de uma questão de segurança alimentar, no caso do Brasil é a manutenção da economia, superávit das exportações, renda, emprego e tantos outros aspectos que o campo garante ao país.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1465:

Fernando Santos, APPA, FIESP, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

SUBSÍDIO ESCASSO

Governo ameaça cortar incentivos aos produtores brasileiros, que já competem em desigualdade com concorrentes de outros países

PÁG. 4

NOVO PER

Sistema FAEP/SENAR-PR e Sebrae irão realizar 10 turmas-piloto em 2019 para reformular metodologia

Pág. 10

MIP

Produtores da região Norte conhecem os resultados do curso de “Inspetor de Campo em MIP Soja” do SENAR-PR.

Pág. 12

TURISMO RURAL

Cursos do SENAR-PR colaboram para a capacitação dos produtores e crescimento da atividade em Rio Negro

Pág. 14

CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Ministra do STJ decide pela manutenção dos acordos envolvendo o pagamento por meio de produtos

Pág. 20

ALIANÇA LÁCTEA

Com a exportação no radar, Estados do Sul irão puxar o processo de comercializar do leite no mercado internacional

Pág. 24

Governo remaneja R\$ 1,4 bi em crédito rural após pedido da FAEP

Solicitação feita em conjunto com outras entidades resultou em atendimento parcial de demandas do setor produtivo



A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Economia, atendeu parcialmente a um pedido conjunto, apresentado no início de fevereiro pela FAEP, Secretária de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab) e Sistema Ocepar. As entidades do Paraná haviam solicitado um aporte de R\$ 7 bilhões, em algumas linhas de investimento específicas, ainda na safra 2018/19. O governo federal autorizou o remanejamento de R\$ 1,4 bilhão, que não havia sido utilizado neste ciclo.

Assinado pelo secretário da STN, Mansueto Facundo de Almeida Junior, o despacho foi publicado na edição do Diário Oficial da União (DOU) do dia 20 de fevereiro. Entre as linhas que os órgãos paranaenses tinham pedido mais recursos, está o Programa de Modernização da Frota de Tratores e Implementos (Moderfrota), com juros pré-fixados. Pelo remanejamento, a STN autorizou que o programa receba R\$ 295,2 milhões, que não haviam sido usados da linha similar, que tinha juros pós-fixados.

Outro contemplado pelo remanejamento é o Programa de Construção de Armazéns (PCA), que na linha pré-fixada recebeu R\$ 44,1 milhões que estavam aportadas na modalidade pós-fixada, mas que não haviam sido usadas pelos produtores. Para o PCA voltados a pequenas propriedades

– complexos de armazenagem de até 6 mil toneladas – foram remanejados R\$ 22,5 milhões, na linha pré-fixada.

No total, 15 linhas de financiamento que tinham recursos parados tiveram parte dos seus fundos remanejados para outras modalidades de crédito rural.

Crédito escasso

Além deste pedido, que tratou das linhas de investimento, em janeiro deste ano a FAEP já havia solicitado apoio para suprir a demanda de recursos nas linhas de crédito voltadas ao custeio.

Nesta safra, o volume de contratações de crédito rural foi intenso entre julho e dezembro de 2018, alcançando a marca de R\$ 87,9 bilhões, volume 14% maior do que o registrado em igual período do ano anterior. Diante da grande demanda, os recursos de diversas linhas de crédito se esgotaram.

A FAEP fez coro com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e outras entidades ligadas ao agro para solicitar à ministra da Agricultura, Tereza Cristina, mais recursos para o crédito rural. Houve uma articulação nacional e o Conselho Monetário Nacional suplementou em R\$ 6 bilhões as linhas de custeio de pequenos e médios produtores.



Brasil: gigante do agro com poucos subsídios

Já escassos, incentivos ao setor nacional estão ameaçados. Enquanto isso, concorrentes internacionais injetam mais e mais recursos públicos para garantir a produção no campo

Por Antonio C. Senkovski | Felipe Aníbal

Historicamente, o produtor rural brasileiro é um bravo. Mesmo lutando contra forças adversas como custos de produção elevados e infraestrutura precária, o trabalho dos agropecuaristas levou o país à liderança na exportação de alimentos como soja, frango, carne bovina, café e suco de laranja. Esta posição somente é possível por meio do esforço especialmente dos produtores, com a mobilização de organizações como os sindicatos rurais e federações.

Ao contrário do que diz o senso comum, os incentivos do governo – os chamados subsídios – são bastante escassos no Brasil, principalmente na comparação com Estados Unidos (EUA), União Europeia (UE) e gigantes asiáticos, nossos principais concorrentes. Por lá, o dinheiro público irriga, de forma abundante, o setor produtivo.

Mesmo assim, nas costas deste mito, nas últimas semanas surgiu um debate a respeito de possíveis cor-



Assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

Impacto do subsídio dos EUA na agricultura

Veja o volume de subsídios destinados a cada cadeia produtiva dos EUA e a pressão exercida nos preços mundiais. (Entre 2014/15 a 2018/19)

	Subsídio (em US\$)	Perdas para o Brasil (em US\$)*
Milho	40,2 bi Redução dos preços mundiais entre -3% e -5%	1,5 bi
Soja	19,2 bi Redução dos preços mundiais entre -2% e -4%	2,5 bi
Algodão	5 bi Redução dos preços mundiais entre -3,7% e -4,3%	340 mi

* As perdas para o Brasil decorre do montante que o país deixou de arrecadar por causa da redução dos preços internacionais.

Fonte: CNA/Agroicone

tes nos subsídios à produção agropecuária brasileira. O assunto tem gerado embates e fomentado polêmicas. De agenda ultraliberal, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se manifestou contrário a toda e qualquer subvenção, citando o mantra que o mercado se regula por si. No Fórum Econômico Mundial de Davos, ocorrido no final de janeiro, anunciou que irá cortar R\$ 10 bilhões previstos para o próximo o Plano Safra 2019/20.

Por outro lado, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, reagiu: apontou que o fim do financiamento “quebraria” o setor agropecuário, que hoje responde por 20% do Produto Interno Bruto (PIB). Mais que isso, segura o superávit na balança comercial. A ministra não abre mão de um Plano Safra que contemple, no mínimo, o mesmo volume financeiro do ciclo atual (2018/19).

“Vamos quebrar a agricultura? É esse o propósito? Tenho certeza de que não é. Não pode criar um pânico no campo: acabou o dinheiro! Não é assim”, disse Tereza Cristina, em entrevista ao Estadão, em 11 de fevereiro. “O Plano Safra [em vigor] tem R\$ 191 bilhões para crédito. Não podemos baixar esse patamar”, asseverou.

Nesse momento importante para a manutenção da viabilidade do agronegócio brasileiro, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, lembra que todos os países com agronegócio desenvolvido mundo afora têm uma

cota de participação do governo no setor. “Enquanto em outros países os produtores rurais recebem um aporte imenso, no Brasil, precisam atingir um padrão de excelência, tirando do próprio bolso para investir em qualificação, novas tecnologias, enfim, para sermos muito mais eficientes que nossos concorrentes dentro da porteira. E ainda assim, diante de todo o subsídio que é dado lá fora, somos muito mais produtivos que eles”, enfatiza.

“Se tirar subsídios internos, de uma hora para a outra, causam-se problemas na segurança alimentar interna, no PIB e no superávit das exportações”

Walter Bianchini,
consultor da FAO

Disparidade

Nos Estados Unidos, a Farm Bill (política que define as subvenções) concentra os subsídios justamente em produtos como soja, milho e algodão – commodities de que o país é grande exportador. Lá, esta prática tem por objetivo garantir renda mínima ao produtor e reduzir o risco da produção. Esse incentivo fomenta o aumento progressivo da área plantada. Com a maior produção, os preços internacionais despencam – o que prejudica outros grandes exportadores, como o Brasil.

Um exemplo disso é o milho, cuja produção norte-americana recebeu US\$ 40,2 bilhões entre 2014 e 2018. Essa subvenção provocou redução dos preços internacionais entre 3% e 5%. A queda, por sua vez, afetou diretamente os produtores brasileiros. Com a defasagem, eles tiveram que exportar seu produto a preços mais baixos, com perdas totais de US\$ 1,5 bilhão no período: média de US\$ 280 milhões ao ano. Soja e algodão obedeceram a mesma dinâmica (veja o gráfico da página anterior).

Na União Europeia, as subvenções são desconectadas da produção. Um dos pontos que gera impacto é o fato de que os pagamentos aos produtores são calculados a partir de um montante básico por área plantada: uma média de US\$ 406 por hectare. Na Europa, a política agrícola é voltada a manter a produção, não a incentivar o aumento. No entanto, isso também desequilibra a balança internacional, já que evita que os países do bloco precisem ampliar suas importações.

Um estudo elaborado em 2017 compara os subsídios brasileiro, da União Europeia e dos Estados Unidos e deixa claro que os incentivos por aqui são tímidos comparados aos de outras potências do agro, nações estas que sinalizam para um movimento na contramão do debate no Brasil. “Inclusive a nova lei de subsídios (Farm Bill) dos EUA, com vigência até 2022, está assinada e para os próximos quatro anos o efeito que se espera é que os subsídios sejam ampliados”, aponta Luciane Chiodi Bachion, pesquisadora sênior da empresa Agroicone e uma das autoras de um estudo.

O coordenador do Núcleo de Estudos do Agronegócio da ESPM Porto Alegre, Ernani Neto, aponta que as realidades dos Estados Unidos e da União Europeia são tão distintas da brasileira, ou seja, difícil fazer uma comparação exata. “Grande competidor do Brasil no agronegócio, os EUA, além de terem um nível de subsídio nominalmente muito maior, tem uma sistemática mais inteligente no sentido de proteger o produtor. O tamanho do subsídio nos próximos cinco anos deve passar dos US\$ 400 bilhões. No Brasil, com todos os problemas socioeconômicos que precisamos enfrentar em praticamente todas as áreas, claro que não seria realista queremos chegar a algo parecido. Mas os incentivos para manter a competitividade do nosso principal setor econômico, o agro, cumprem um papel importante”, avalia.

Os subsídios pelo mundo

Veja quanto cada produtor recebe por subsídio por hectare

País/Bloco econômico US\$/hectare



Veja quanto cada produtor recebe por subsídio por US\$/hectare



Fonte: CNA/Agroicone

Seguro rural

Outro ponto que também causa desequilíbrio no mercado internacional é a disparidade de aporte que os países injetam no mercado de seguro rural. Nos EUA, por exemplo, o programa tem mais de 30 anos, conduzido pelo governo. Os subsídios a cada safra giram em torno de US\$ 4 bilhões – em algumas linhas, o governo paga até 85% do prêmio. Como consequência disso, 89% da área plantada permanecem coberta por seguro.



Manutenção dos subsídios no campo é questão de segurança alimentar

Apesar de ser volume pequeno comparado a outros países do mundo, Walter Bianchini, oficial de Programas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), avalia que os recursos são importantes para garantir a viabilidade da produção agropecuária brasileira. “Qualquer mudança que vá se propor nesse campo exige um amplo estudo e uma estratégia de mudança gradual. Os produtores brasileiros e da América do Sul, comparados aos da União Europeia e dos Estados Unidos, estão bem menos protegidos. Inclusive, os programas de seguro precisam aumentar”, avalia.

O consultor da FAO lembra ainda que nessa questão de subsídios repousam aspectos importantes para garantir a soberania alimentar das nações ao redor do globo. “O mercado internacional é complexo, existem incentivos à exportação, mecanismos de proteção de renda interna, e também o contrário, barreiras econômicas e sanitárias para os produtos chegarem aos países compradores. Nisso, você tem uma economia desigual. Não dá para pensar que o mundo é igual. Há regras diferenciadas nos países e se tirar subsídios internos de uma hora para a outra causa problemas na segurança alimentar interna, no PIB, no superávit das exportações. Nosso superávit é segurado basicamente pela agricultura”, diagnostica.

No Brasil, por sua vez, os seguros são desenvolvidos por seguradoras e o governo entra com uma subvenção ao prêmio. Em 2014, auge do programa no país, chegou-se a um aporte de R\$ 1,2 bilhão. Em 2018, os recursos caíram para R\$ 871 milhões. Por ser uma solução “cara” e com poucos recursos, apenas 14% das lavouras brasileiras estão seguradas.

“O seguro é um mitigador de risco. Então, ele facilita o produtor a ter acesso ao mercado de financiamento da produção. Produtor com seguro tem mais acesso a cré-

“É crucial garantir que a atividade agropecuária seja de fato considerada um campo estratégico para o desenvolvimento do país”

Flávio França Junior,
analista de mercado

dito”, diz o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Pedro Augusto Loyola. “Por isso, estamos trabalhando para aumentar os recursos e a previsibilidade. Estamos falando de um instrumento muito caro, porque está relacionado a uma atividade passível de catástrofes climáticas e com prêmio alto. É impossível desenvolver este mercado sem que haja apoio do governo”, completou.

Distorções

Para o consultor Carlos Cogo, a concessão de subsídios nos moldes que ocorre nos Estados Unidos e na União Europeia gera uma distorção que favorece a concorrência desleal no mercado global. Isso porque a maior fatia dos recursos fica com os grandes produtores. O especialista aponta que na Europa, por exemplo, os 60% dos pequenos agricultores recebem perto de 10% dos incentivos, enquanto os grandes abocanham 25% do montante. Nos

EUA, a distorção é ainda maior: os 10% mais ricos ficam com 72% do total de subvenções.

“O que preocupa mesmo é o fato de que 80% desses incentivos vão direto para o bolso dos agricultores, subvencionando insumos e produção e causando distorções no mercado, ao tornar seus produtos artificialmente competitivos”, destaca. “A China também tem aumentado as subvenções. De 2015 a 2017, foram US\$ 263 bilhões em subsídios – aumento de 3% para 5%”, completa Cogo.

Para o analista de mercado Flávio França Junior, o que há no Brasil não deveria ser chamado de subsídio, comparado aos incentivos generosos que existem em outros países. “Eu não sou a favor de subsídio de preço e de crédito, mas sou a favor de uma política séria de renda para produtor. É crucial garantir que o produtor sobreviva, que a atividade agropecuária seja de fato considerada um campo estratégico para o desenvolvimento do país. O governo precisa dar um norte para o produtor que se o mercado der errado, eu tenho proteção aqui”, opina.



O que são os subsídios?

Subsídios são uma forma de apoio aos produtores rurais, com objetivo de garantir competitividade e também a própria segurança alimentar de um país ou região. Os governos têm várias formas de adotar esse tipo de política. Alguns dos exemplos são financiamentos a juros abaixo dos preços de mercado, injeção de recursos no sistema de seguro rural (subvenção), isenção de impostos, garantia de preços mínimos e até mesmo pagamentos diretos a proprietários rurais, como ocorre em alguns países da União Europeia.

“Os subsídios são como um imposto negativo. Por isso quando se discutem no âmbito do comércio, fala-se que o subsídio confere competitividade ao setor ou atividade, já que tem o efeito de ‘reduzir o custo’ para o produtor”, explica a professora Silvia Helena Galvão de Miranda”, vice-coordenadora do Centro de Estudos

Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Universidade de São Paulo (USP).

A professora alerta que não considera viável que qualquer setor ou atividade necessite permanentemente de suporte financeiro do governo para sobreviver, mas que no caso da agricultura brasileira há uma composição interessante nas formas de incentivo à agricultura nas últimas décadas. “É importante contar com a política agrícola para dar suporte às mudanças tecnológicas, ou àquelas relacionadas ao ajustamento dos sistemas produtivos aos avanços na política ambiental ou para a garantia de renda a agricultores em algumas regiões e que cultivam certos produtos essenciais ao consumo das famílias brasileiras. É necessária uma permanente avaliação de seus impactos e a proposição de sua revisão, até porque a agropecuária muda, o mercado e seus mecanismos mudam e as políticas de apoio certamente devem refletir essas tendências”, avalia.

Conhecimento contra o êxodo rural

Irmãos de Renascença colocam em prática projeto desenvolvido no programa JAA e encontram meio de viabilizar permanência no campo

Capacitar as novas gerações do campo para que possam encontrar seu lugar no mercado de trabalho e assim permanecer no meio rural. Este é um dos principais desafios do SENAR-PR, desde a sua criação. Para enfrentar o êxodo rural, a entidade criou iniciativas como o Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) e Aprendizagem de Adultos e Jovens (AAJ) que fazem a ponte entre a sala de aula e a atividade profissional, preparando hoje os produtores e trabalhadores rurais do amanhã.

Esse trabalho está presente em todas as regiões do Estado e, ao longo dos anos, vem colecionando resultados, que demonstram como a entidade vem transformando a vida no campo. Um dos casos mais recentes vem de Renascença, na região Sudoeste do Estado, onde os irmãos Alessandro e Valdeni Plasito encontraram em um programa do SENAR-PR a chave para dar a partida na vida que sempre buscaram. “Nosso objetivo era continuar no campo, porque aqui tem tudo de bom”, declara Alessandro, de 19 anos.

Tudo começou em 2016, quando ele e seu irmão Valdeni, hoje com 20 anos, tiveram o primeiro contato com o programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), desenvolvido pelo SENAR-PR.

Projeto de fruticultura

A garra dos irmãos Plasito chamou a atenção da instrutora do programa Nágila Cremasco. “Um dos requisitos era apresentar um projeto de empreendedorismo. Eles apresentaram para a turma um projeto sobre fruticultura em sistema agroflorestal, trabalho implantado posteriormente no curso específico de fruticultura”, conta.

Após concluir o programa, os irmãos Plasito colocaram a mão na massa e começaram a construção do sonho. Levantaram na propriedade da família uma estufa de 700 metros quadrados com capacidade para 1,6 mil pés de tomate e iniciaram a produção. O cultivo ocorre todo em vasos, que contam com sistema de gotejamento para irrigação. “Coisa chique”, comemora Alessandro.

A produção é toda entregue em mercados e frutarias da região, gerando renda e viabilizando a perma-



Irmãos Plasito implantaram projeto desenvolvido ao longo do JAA

nência da dupla na propriedade da família. “O papel do SENAR-PR foi muito bom, pois conseguimos montar um projeto para ficar no interior. Do contrário teríamos que ir para a cidade procurar serviço”, lembra o jovem produtor, que encontrou no conhecimento a chave para construir seu futuro.

O curso

O JAA tem como objetivo preparar o caminho dos jovens para o trabalho no campo. O programa se divide em dois módulos. O primeiro é o “Preparando para Gestão”, com duração de 144 horas, nas quais os participantes vão aprender uma base da atividade agrossilvipastoril. Na sequência, os alunos escolhem um módulo específico, com foco na atividade que pretendem desenvolver no futuro. É possível escolher entre pecuária leiteira, fruticultura, mecanização, olericultura e piscicultura.



Novo PER terá 10 turmas-piloto em 2019

Sistema FAEP/SENAR-PR e Sebrae estão reformulando o modelo do Programa Empreendedor Rural, com foco prioritário nas famílias dos produtores rurais

No ano de 2019, ocorrerá a validação da metodologia do Programa Empreendedor Rural (PER), desenvolvido há 16 anos pelo Sistema FAEP/SENAR-PR e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR). Após quase duas décadas bem-sucedidas, formando mais de 28 mil produtores rurais em todas as regiões do Paraná, o Programa será reformulado ao longo deste ano, com novos temas, metodologias e materiais à disposição dos participantes. A última reestruturação ocorreu em 2008.

“O campo mudou bastante nos últimos 16 anos, e o Sistema FAEP/SENAR-PR acompanha essa evolução. Fizemos um trabalho para identificar os principais pontos do Programa Empreendedor Rural que precisam passar por reformulação. Esse ano será um laboratório para, a partir de 2020, passarmos a oferecer um programa muito mais robusto, com conteúdos atuais, alinhados e engajados

com a realidade do agronegócio. Esse é o nosso compromisso com os nossos produtores rurais”, destaca Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

O processo de reformulação do Programa Empreendedor Rural está sendo conduzido por um grupo de seis especialistas, sendo três que participaram da formatação da primeira versão do PER em 2003, além de técnicos das entidades, mobilizadores de sindicatos rurais e instrutores do PER.

“À medida que acompanhamos o desenvolvimento do programa, passamos a sentir algumas angústias por parte dos participantes, que muitas vezes não conseguiam atingir certos objetivos. Agora, o foco é totalmente voltado para a administração rural, tão relevante para o homem do campo”, destaca Fernando Curi Peres, um dos autores do PER. “O mundo muda e é preciso acompanhar os novos tempos para fortalecer a rede de produtores rurais parana-



Serviço

Produtores rurais e egressos do PER interessados em participar das turmas-piloto precisam procurar um dos escritórios regionais do SENAR-PR.

enses”, complementa Vânia Di Addario Guimarães, outra autora do Programa.

No primeiro momento, neste ano, 10 turmas-piloto, uma em cada regional do SENAR-PR, serão formadas para a implantação do novo modelo do PER. De forma paralela, outras 35 turmas irão acontecer com a metodologia já existente. Apesar da reformulação, os pilares do Programa continuam sendo a formação de lideranças, desenvolvimento humano e sucessão familiar, ou seja, conhecimentos fundamentais em prol do empreendedorismo no campo.

“Será um processo experiencial, envolvendo a família, não apenas o indivíduo. O Programa irá trabalhar o desenvolvimento dos capitais humano, social e institucional para que as propriedades sejam ainda mais sucedidas após a capacitação”, ressalta Vânia.

Inovações

Talvez a principal mudança dentro do processo e reformulação do Programa Empreendedor Rural passa pelo foco, deixando de ser especificamente o produtor rural individual para a família. “Os últimos anos mostraram que o Programa realmente funciona quando envolve a família. A metodologia não irá mais incluir projeto, mas a empresa familiar”, aponta Peres.

A carga-horária do programa segue com 136 horas. Porém, a distribuição foi alterada. Serão 17 encontros semanais de oito horas e ainda uma visita técnica.

Ainda, acompanhado a modernização do campo, as

entidades desenvolvedoras do PER irão fornecer *tablets* aos alunos das 10 turmas-piloto. Os materiais, incluindo as apostilas, vídeos e outras ferramentas, estarão à disposição dos produtores rurais participantes. E, conforme o transcorrer do Programa, novos materiais estarão à disposição. “O uso de *tablets* abre a possibilidade de muitos recursos, inclusive visuais, como vídeos e apresentações. Ainda, poderá ser usado como canal para pesquisa”, destaca Luciana Matsuguma, técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR e responsável pelo Programa Empreendedor Rural.

O aparelho será entregue aos participantes no sistema de comodato. Ou seja, eventualmente, em caso de desistências, o aparelho deverá ser devolvido. Ao término do Programa, os concluintes seguem com os *tablets* no sistema de comodato por tempo indeterminado.

Construção

O processo de reformulação do PER aconteceu ao longo de 2018. Desde o início do ano passado, um Grupo de Trabalho (GT) formado por técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR, Sebrae-PR e Fetaep, produtores rurais (ex-alunos) e instrutores do Programa Empreendedor Rural (PER) trabalharam, em diversos momentos, na atualização do curso, sempre ao encontro das novas necessidades impostas pelas transformações dos cenários econômico, político, social, tecnológico e legal ocorridas nos últimos anos, posteriormente, os especialistas foram envolvidos para contribuir com a reformulação.



Conhecimento para economizar no campo

SENAR-PR e sindicatos rurais divulgam o curso “Manejo Integrado de Pragas” entre os produtores de soja do Estado

Na safra verão 2018/19, quando o clima trouxe quebra significativa para a soja paranaense, cada centavo poupado importa. Num contexto em que os produtores estaduais produziram menos que o esperado, o jeito é reduzir os custos para equilibrar as contas.

Em um cenário como este, ganham ainda mais importância iniciativas que trabalham com o uso racional dos insumos, como o curso “Inspetor de Campo em MIP Soja”, oferecido pelo SENAR-PR. A capacitação trabalha o conceito do Manejo Integrado de Pragas (MIP), técnica que utiliza os próprios organismos presentes na lavoura (como ácaros, aranhas, etc.) para combater as pragas que trazem prejuízo econômico ao produtor, como lagartas, percevejos e outros insetos. Ao utilizar os próprios inimigos naturais para combater essas pragas, o produtor reduz as aplicações de inseticida, proporcionando mais economia.

Para difundir esse conhecimento, o SENAR-PR esteve presente na 16ª Tarde de Campo de Cultivares e Tecnologias da Soja, promovida pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), em parceria com diversas entidades como o Sindicato Rural de Alvorada do Sul e as prefeituras dos quatro municípios: Sertãoópolis, Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso e Alvorada do Sul.

O evento reuniu mais de 300 produtores rurais, que durante a programação passaram pela estação conjunta do Sistema FAEP/SENAR-PR e da Emater, onde assistiram a uma explanação sobre o MIP. Além do relato dos experimentos de MIP conduzidos em áreas de referência da Emater, os participantes também conheceram o curso do SENAR-PR e ouviram o depoimento de produtores que utilizaram esta técnica em suas lavouras.

“Muita gente não conhecia. Então, além de divulgar o



Produtores conheceram os resultados do curso do SENAR-PR

curso do SENAR-PR, também difundimos a técnica do MIP, importante para a redução de custos e para o uso racional dos insumos”, afirma a engenheira agrônoma do Sistema FAEP/SENAR-PR Flaviane Medeiros, responsável por apresentar aos participantes o curso oferecido nesta área.

Um dos depoimentos que mais sensibilizou os presentes, por tratar-se de um produtor que testou na prática o MIP, foi o do presidente do Sindicato Rural de Alvorada da Sul, Carlos Eduardo Daguano. O produtor fez o curso do SENAR-PR e aplicou os conhecimentos em um talhão de cinco hectares na safra de soja, atualmente em campo para ser colhida. “Acho que todo mundo deveria participar desse curso. Avalio como um exemplo a ser seguido. Temos que largar o comodismo da cidade e ir para o campo, pois estamos deixando nossas lavouras na mão de técnicos de revenda, seguindo orientação desnecessária”, avalia a liderança sindical.

Na opinião de Daguano, este olhar racional da lavoura que o curso proporciona é importante principalmente em momentos de crise, como nesta safra em que o clima trouxe quebra severa para a soja. “Em época de vacas gordas, a gente nem percebe um aumento no custo. No município, teremos quebra de 50% na soja. Mas se por um lado eu vou colher menos, eu também gastei menos com inseticida”, avalia.

Ainda segundo o dirigente sindical, antes do curso, a média na sua propriedade era de três aplicações por safra. “Teve ano que cheguei a fazer cinco”, conta. Desta vez, monitorando a lavoura e avaliando o nível de dano econômico, só foi necessária uma aplicação. “Fui fazer a primeira aplicação de inseticida com quase 100 dias”, comemora. A economia no talhão conduzido com MIP é de quase R\$ 500 por hectare.

Curso de MIP

Disponível desde a safra 2016/17, o curso “Inspetor de Campo em MIP Soja” disponibilizado pelo SENAR-PR já formou 519 pessoas nas duas primeiras temporadas acompanhadas. Para a safra que está em campo (2018/19) foram formadas 42 turmas com 626 inscritos (cerca de 16 por turma).

Para participar do curso basta ter mais de 18 anos e dispor de uma área de, no mínimo, cinco hectares para conduzir seguindo os parâmetros do MIP. Com 52 horas de duração, o curso se estende pela safra, de modo a acompanhar diferentes fases de desenvolvimento da planta e dos insetos. Os alunos têm uma carga horária de fundamentação teórica, durante a qual aprendem a reconhecer as principais pragas da soja, seus inimigos naturais, além de técnicas de amostragem dos insetos, níveis de controle e manejo das pragas.

Outra parte prática acontece no campo, onde os participantes aprendem a identificar pragas naturais diretamente nas lavouras. Nesta fase, os instrutores dividiram as turmas em quatro grupos, revezando as visitas de cada grupo a cada semana, de modo a conhecer a realidade das lavouras de todos os participantes.

Nesta etapa, entra em cena o famoso “pano de batida”, usado pelos participantes para verificar a presença de insetos e outros organismos presentes na lavoura. Para Daguano, do Sindicato Rural de Alvorada do Sul, este também pode ser conhecido como “pano de ganhar dinheiro”, uma vez que um dos objetivos do MIP é fazer uso racional dos insumos agroquímicos.

Na safra 2017/18, a média estadual de aplicações de inseticida nas áreas conduzidas com o MIP foi de 3,7. Nas áreas de referência da Emater conduzidas com MIP, essa média cai para 1,9 aplicação. Logo que for concluída a safra atual, serão compilados os dados das aplicações nesta temporada.

SENAR-PR colabora para alavancar o potencial do turismo rural de Rio Negro

Por meio da parceria da entidade e do Sindicato Rural local, o município vem se destacando como alternativa de lazer na região Sudeste do Paraná

Por Bruna Fioroni



Família Silveira transformou a propriedade em um negócio rural para atender os turistas



A grande extensão de área verde e os diversos recursos naturais de Rio Negro, na região Sudeste do Estado, encantam os olhos dos turistas que desejam desfrutar de um tempo junto à natureza. Localizado às margens do rio de mesmo nome, o município vem apostando no que tem de melhor para alavancar o turismo rural e proporcionando aos visitantes um pouco da experiência do campo. Tal modalidade permite um contato mais genuíno com a natureza, a agricultura e as tradições locais.

Como parte deste processo, desde 2015, o SENAR-PR vem ofertando cursos de qualificação voltados ao desenvolvimento do turismo rural em Rio Negro. Isso porque a atividade permite ao produtor rural uma nova fonte de renda, contribui para a permanência no campo, além de fortalecer o setor.

Na Chácara Bom Sucesso, propriedade do casal Osdir da

Silveira e Rosenilda Schelbauer da Silveira, o turismo rural chegou para ficar. “Desde que começou, não parou mais. Todo final de semana temos visitantes”, diz Silveira, orgulhoso. A chácara foi inteiramente transformada para o negócio e hoje oferece aos turistas diversas opções de lazer, desde passeios a cavalo até uma pousada para o descanso. Além disso, o casal vende produtos artesanais, como pães, bolachas, doces e queijos. De acordo com o Silveira, 90% da alimentação servida e produtos vendidos têm origem na propriedade.

O restaurante da chácara é famoso pela comida rural e caseira. A costela fogo de chão é um dos pratos de maior sucesso, e a história por trás faz jus à fama. “A prefeitura me procurou para o projeto por causa das lagoas aqui da chácara. Eles, então, fizeram o roteiro das propriedades que entrariam no projeto e veio um grupo de 52 pessoas para



Espaços de lazer oferecem banquete típico do campo



Gilvan Rezler aplicou os conhecimentos do curso do SENAR-PR no sítio

conhecer. Nesse dia, apareceu gente da prefeitura, empresários, visitantes, e não tinha ninguém para fazer o almoço. Então, o secretário de Agricultura, que já tinha almoçado várias vezes aqui em casa, sugeriu de fazer a costela fogo de chão. Fizemos e foi um sucesso”, relata o proprietário.

Antes, Silveira e a esposa trabalhavam com frango de corte. Mas, conforme se especializavam na área de turismo rural, decidiram se dedicar exclusivamente à atividade. O casal fez vários cursos do SENAR-PR, como “Acolhida no Meio Rural” e “Turismo Rural e Oportunidade de Negócios”. A esposa, Rosenilda, também se dedicou aos cursos voltados para o restaurante, como “Serviço de Restaurantes Rurais”, “Planejando e Implantando Restaurantes Rurais” e “Comandando e Organizando a Cozinha Rural”. “O SENAR-PR foi um grande parceiro nessa parte de turismo. Eles deram cursos completos sobre tudo.

Eles fizeram muito por nós”, revela Silveira.

O restaurante, hoje, está no lugar do antigo aviário e a pousada onde era uma parte da residência do casal. Ainda segundo Osni, em 2018, a chácara recebeu 6 mil visitantes e, no restaurante, já chegaram a servir mais de 400 almoços em apenas um dia. “É muito gratificante quando as pessoas vêm, conhecem e retornam posteriormente, trazendo a família e amigos. Até em dia de semana o pessoal vem para tomar café e almoçar”, afirma.

Mais que um trabalho

Outras propriedades que estão no roteiro ainda se dedicam às atividades agrícolas, mas já encontraram no turismo rural uma fonte de renda e, mais, uma realização pessoal para os produtores. Esse é o caso do Sítio Olho D’Água, que há três anos oferece opções de lazer para os turistas que vão até a região.

O sítio possui uma nascente de água cristalina e se destaca pela produção de laranjas e tangerinas. O proprietário Gilvan Rezler conta que o pomar sempre foi uma atração para quem visitava o local. “As pessoas vinham e achavam bonito, perguntavam se podiam visitar o pomar. Aí surgiu a oportunidade de abrir para o turismo rural. Fomos melhorando a estrutura e hoje oferecemos várias atividades, como pesca esportiva, passeio de moto, passeio de micro-tractor, trilhas e também brinquedos para as crianças”, explica.

Por meio do curso “Turismo Rural e Oportunidade de Negócios”, Rezler aprendeu como administrar e implantar a atividade em sua propriedade. “O conhecimento passado foi enorme. Aprendi como receber e acolher as pessoas, como pensar e desenvolver as atrações. É uma área que tenho muito interesse, é um gosto pessoal”, enfatiza.

Ainda segundo o proprietário do Sítio Olho D’Água, a renda melhorou muito depois do turismo rural. “Antes eu tirava dinheiro da minha empresa para aplicar no sítio. Hoje a propriedade é autossustentável”, relata.

A produção de laranjas e tangerinas é destinada para a merenda do município. Mas com o crescimento do número de turistas, também passou a ser vendida diretamente na propriedade para os visitantes.

O projeto

Em 2014, as Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e Cultura e Turismo deram início ao Projeto de Turismo Rural em Rio Negro, com o objetivo de elaborar um roteiro de propriedades e mobilizar os produtores rurais para o desenvolvimento de atividades voltadas aos turistas. A partir daí, uma parceria com Sindicato Rural de Rio Negro e o SENAR-PR permitiu a realização de cursos de qualificação para atender esses potenciais empreendedores.

O presidente do Sindicato Rural de Rio Negro, Sérgio Preisler, ressalta a importância do projeto para o fomento do turismo em Rio Negro e para o desenvolvimento do município. Preisler também destaca a parceria com o SENAR-PR.



“É fundamental para a qualificação desses produtores, para chegarem onde eles estão hoje. Esse é o nosso dever, levar uma vida melhor para o homem do campo”, reforça.

De 2015 a 2018, foram promovidos 20 cursos destinados aos participantes do projeto, alguns realizados mais de uma vez, como o “Turismo Rural e Oportunidade de Negócios”, “De Olho na Qualidade Rural”, “Acolhida no Meio Rural” e “Conservas de Molhos e Temperos”.

A secretária de Cultura e Turismo do município, Jusara do Rocio Heide, assumiu o cargo em 2017 e, desde então, vem dando continuidade ao projeto desenvolvido em Rio Negro. Segundo ela, o que começou como fonte de renda alternativa para os produtores rurais já se tornou a principal para alguns, que hoje são verdadeiros empreendedores rurais.

“O turismo rural é uma porta para o desenvolvimento sustentável, para o crescimento da economia. Com as parcerias, podemos contribuir e muito para o desenvolvimento do Estado”, avalia.

De acordo com a turismóloga, Larissa Grein Becker, que trabalha no projeto, o sucesso nos resultados alcançados pelas propriedades foi uma surpresa positiva para todos. “À medida que o trabalho foi sendo realizado, outras propriedades demonstraram interesse”, afirma.

O presidente do Sindicato Rural de Rio Negro revela que os planos para 2019 incluem promover mais cursos, aumentar o número de participantes e explorar mais áreas, melhorando o acesso para os visitantes. Atualmente, o Projeto de Turismo Rural de Rio Negro conta com a participação de 16 propriedades.

Exemplo a ser seguido

Ao contrário do que pode parecer, o Projeto de Turismo Rural de Rio Negro foi desenvolvido de forma simples e objetiva. A dedicação e a junção de forças do Sindicato Rural e das Secretarias Municipais envolvidas foram essenciais para o sucesso obtido. Segundo a técnica do Departamento Técnico Econômico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR, Daniella Sgarioni, o projeto é um exemplo para os Sindicatos Rurais de outros municípios paranaenses com potencial turístico.

O desenvolvimento do trabalho contou com informações básicas, mas fundamentais, como o número de pessoas que seriam capacitadas, quantas propriedades seriam atingidas, quais produtos poderiam ter valor agregado, entre outras. Com esses dados em mãos, os cursos foram bem direcionados.

“Tão importante quanto ter uma propriedade linda e produtos deliciosos, é atender o turista de maneira acolhedora e comercial ao mesmo tempo, saber calcular os custos e a formação dos preços de venda dos produtos. Isso traz mais chances de sucesso ao produtor que está iniciando no turismo rural e os cursos do SENAR-PR trazem capacitação nesse sentido”, finaliza.

Cursos do SENAR-PR

Conheça todos os cursos que o SENAR-PR oferece no site www.sistemafaep.org.br

Curso de operação de drones à disposição do campo

Primeira turma da nova formação do SENAR-PR aconteceu em São Mateus do Sul

A primeira turma do novo curso do SENAR-PR “Trabalhador na Agricultura de Precisão: Operação de Drones” foi finalizada no dia 15 de fevereiro, com grande sucesso. Organizada pelo Sindicato Rural de São Mateus do Sul, a iniciativa reuniu oito participantes (limite máximo para este curso), entre produtores rurais, engenheiros agrônomos, técnicos e outros profissionais, que, durante os três dias de capacitação, puderam conhecer mais profundamente o uso destas aeronaves nas diversas atividades agrossilvipastoris. O objetivo do SENAR-PR com esse novo curso é inserir o produtor rural paranaense na vanguarda tecnológica, colocando ao seu alcance um curso gratuito que abre as portas para a utilização e uma nova ferramenta tecnológica, que promete transformar o trabalho no campo.

A rigor, esta é a primeira vez que o curso é colocado em campo para o público em geral. No ano passado, o SENAR-PR realizou uma turma-piloto, composta por diversos tipos de profissionais, que serviu como validação para a capacitação. O resultado extrapolou as expectativas, fazendo com que a nova formação fosse disponibilizada para todas as regiões do Paraná.

Hoje, os drones já são utilizados em diversas funções, como mapear áreas, contagem de animais e árvores, analisar o desenvolvimento das lavouras, entre outros. Para a engenheira ambiental Suelen Ramos, diretora de agronegócio da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de São Mateus do Sul (ACIASMS), o interesse está na utilização do equipamento para atividades como diagnóstico de flora para linha de extração, mapeamento e outras atividades na área de meio ambiente e geologia. “Com apoio de informações topográficas posso fazer o levantamento de curvas de nível. Tem bastante coisa que dá para fazer”, avalia a profissional, que participou do curso.

Filha de agricultores, Suelen também observa as potencialidades do uso do drone nas atividades agrícolas. “Aqui na região é forte a produção de tabaco, sementes e erva-mate. Quero fazer parcerias [no âmbito da ACIASMS] para levar este conhecimento para quem precisa”, propõe.

Essa questão está entre as preocupações do instrutor Rafael Andrzejewski, que ministrou o curso. “Logo no primeiro encontro procuro fazer um diagnóstico para saber as principais atividades dos participantes. Assim posso focar



Serviços

Interessados em fazer o curso “Trabalhador na Agricultura de Precisão: Operação de Drones” podem procurar o seu sindicato rural ou um dos escritórios regionais do SENAR-PR.

as aulas nos temas de interesse daquele público”, afirma. “Aqui em São José da Boa Vista, por exemplo, tem bastante pecuarista na turma. Então procuramos voltar o curso para a área deles”, exemplifica referindo-se à nova turma que estava em curso no momento da entrevista no Norte Pioneiro.

Agenda futura

Segundo Andrzejewski, a agenda para novas turmas no curso de drones está intensa. “Até julho, não temos mais vagas nem datas disponíveis na região”, afirma o instrutor. Além dele, outros cinco instrutores do SENAR-PR mantêm turmas em diversas regiões do Estado.

Na opinião de Suelen, o SENAR-PR e o Sindicato Rural de São Mateus do Sul acertaram ao oferecer este curso à população. “Estão de parabéns. O curso de drone tem uma demanda enorme. Meus colegas de Santa Catarina ficaram sabendo e querem vir fazer curso aqui no Paraná!”, confidencia.

O PRIMEIRO LEGÍTIMO CARRO DO BRASIL

A antiga fábrica DKW-Vemag teve papel fundamental na história automobilística nacional, a ponto de atingir 3,5 mil funcionários em 1967, quando teve as atividades encerradas



A antiga fábrica de automóveis DKW-Vemag (falava-se Dekavê, na época) foi construída na década de 1940, no número 1036 da Rua Vemag, no bairro de Vila Prudente, em São Paulo, às margens do rio Tamanduateí. Com uma arquitetura audaciosa, foi um dos maiores impérios automobilísticos brasileiro até a década de 1960.

A Vemag iniciou suas atividades em 1945, sendo no início uma distribuidora dos automóveis Studebaker. Esta empresa automobilística montava e distribuía para todo Brasil veículos das marcas Massey Harris, Studebaker, Ferguson, Kenworths e Scania Vabis.

Na década de 50, o Brasil estava passando por diversas transformações políticas tendo como presidente Juscelino Kubitschek com o seu famoso lema “50 anos em cinco”. Isso se refletiu na indústria automobilística, pois seu governo criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) e a Vemag foi a primeira fábrica que se beneficiou dos incentivos fiscais para a implantação de empresas de automóveis.

O lema da Vemag era “Brasileiros produzindo veículos para o Brasil”, frase que entrou para a história da indústria automotiva nacional. Em 19 de novembro de 1956 foi apresentada ao povo brasileiro a camioneta (ou perua) DKW-Vemag Universal, uma cópia do modelo fabricado pela Auto-Union, na Alemanha. O Universal foi



o primeiro veículo genuinamente nacional pelos parâmetros do GEIA, que não incluiu pequena Romi-Isetta, pois para ser considerado um carro de passeio teria que possuir o mínimo de duas portas e quatro lugares.

Em 1958, foram lançados o jipe DKW-Vemag, posteriormente chamado Candango; o carro de passeio, conhecido como Belcar; e uma nova versão da camioneta DKW-Vemag, a Vemaguet. Já no ano de 1964, a DKW Vemag faz uma grande inovação: lança um modelo diferenciado e avançado para sua época. O DKW-Vemag Fissore, usando a base mecânica do Belcar, mas com carroceria desenhada e desenvolvida na Itália. Seu design inspirou os BMWs do início da década de 1970.

O fim

A Vemag teve um papel fundamental na história automobilística brasileira. A fábrica chegou a ter 3,5 mil funcionários em 1967, ano que teve suas atividades encerradas.

Na Alemanha, em 1964, a Volkswagen comprou da Daimler-Benz metade de suas ações, tornando-se um dos proprietários da Auto-Union, gerando uma grande preocupação para a Vemag quanto a renovação da licença para fabricar carros DKW.

A Vemag resolveu reagir fazendo contatos com a Peugeot, Citroën e até mesmo a Fiat, mas nenhuma teve resultado

positivo. No ano seguinte, a Volkswagen acabou comprando a outra metade das ações, tornando-se única proprietária da Auto-Union. Em novembro de 1966, Lelio de Toledo Piza, presidente da Vemag, declarou à imprensa oficialmente que a Vemag se associava à Volkswagen do Brasil. Ninguém sabia ainda, mas a Vemag estava partindo para o seu fim.

Em setembro de 1967, a Volkswagen do Brasil assumiu a Vemag e também o compromisso de que não encerraria a produção dos seus automóveis. Porém, seguindo uma tendência mundial, a empresa alemã retirou do mercado os famosos motores dois tempos. Após o encerramento da produção de veículos DKW, a empresa alemã continuou com a produção de componentes para abastecimento do mercado de reposição.

A Volkswagen ainda instalou seu departamento de desenvolvimento no antigo parque industrial da Vemag, onde foram desenvolvidos alguns de seus futuros veículos: Brasília, Passat e até mesmo a primeira geração do Gol. A Fábrica 2 Volkswagen, como passou a ser conhecida, ocupou as instalações da Rua Vemag até a década de 80.

Hoje, a história da Vemag é preservada pelos entusiastas zelosos, representados por vários proprietários de veículos e membros de clubes como o Três Cilindros. Atualmente, milhares de saudosistas por todo o mundo colecionam motocicletas e automóveis fabricados pela DKW, que foi um marco na história automobilística.

Justiça reconhece contrato de arrendamento fixado por produtos

Decisão da Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Nancy Andrichi, garante segurança jurídica no campo



Decisão da Ministra Nancy Andrichi garante o cumprimento dos contratos envolvendo produtos

No meio rural, a exploração econômica da propriedade por meio da possibilidade de cessão do uso para terceiros, os chamados contratos de arrendamento, são comuns. O próprio Estatuto da Terra e o Decreto 59.566/66 definem os requisitos do contrato, prazos mínimos de validade e formas de pagamento. Ainda, a legislação determina que os produtores definam o preço do arrendamento

em dinheiro e, eventualmente, a conversão em produtos, caso seja de interesse das partes envolvidas.

Porém, de acordo com a lei, não é possível que o arrendamento seja fixado diretamente por preço de sacas, prática comum nos contratos rurais. Nos casos de dívidas, a Justiça estava restringindo o direito do proprietário da terra de buscar seus direitos e, conseqüentemente,

realizar a cobrança do valor devido. Ainda, em muitos casos, para conseguir reaver o montante, o produtor precisava recorrer a outros meios processuais.

Diante disso, recentemente, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (Resp 1.692.763-MT), a partir do voto da Ministra Nancy Andrichi, passou a garantir segurança jurídica aos contratantes. A Justiça entendeu que

a execução de contrato de arrendamento rural, por meio da fixação de preço em sacas, é válida, uma vez que a cláusula foi firmada por ambos os contratantes, de acordo com as suas vontades e a prática da região.

De acordo com o voto da Ministra, apesar de haver contrariedade ao disposto em lei, é preciso observar os termos que foram acertados em contrato pelas partes envolvidas, a partir da confiança legitimamente depositada, sempre “privilegiando a boa-fé, e afastando práticas contraditórias, impregnadas ou não de malícia ou torpeza”.

Essa decisão já foi aplicada em um caso de execução judicial em que o devedor, após cumprir por vários anos o contrato cujo pagamento estava fixado em produtos, ficou inadimplente e questionou a fixação do preço em mercadorias.

“Na hipótese concreta, o que se verifica é que, além de não ter sido apontado qualquer vício de consentimento na contratação, a avença foi firmada em 8/4/2002, não havendo notícia de que, antes da oposição dos presentes embargos, em 3/5/2013 – vale dizer, aproximadamente quatro anos após o advento do termo final pactuado –, o recorrente tenha apresentado qualquer insurgência quanto à cláusula que ora se discute.

Entender pela inviabilidade do prosseguimento desta execução, portanto, equivaleria a premiar o comportamento contraditório do recorrente, que, durante mais de metade do período de vigência do contrato, adimpliu sua obrigação nos moldes como acordado (entrega de produto), tendo invocado a nulidade da cláusula tão somente quando em curso o processo executivo que objetivava a satisfação das parcelas não pagas, em clara ofensa à legítima confiança depositada no negócio jurídico pela recorrida.

A boa-fé, no particular, à vista do reconhecimento da prática de conduta contraditória desleal pelo recorrente, tem força para impedir a consequência decorrente da invalidade da pactuação da remuneração do arrendamento em quantidade fixa de produtos”, destacou a Ministra.

A decisão do Superior Tribunal de Justiça altera a jurisprudência até então estabelecida pelos Tribunais e, contribui para a garantia da segurança jurídica entre os contratantes, além de reconhecer as peculiaridades das relações estabelecidas no setor rural.

A decisão na íntegra da Ministra Nancy Andrighi está disponível no site www.sistemafeap.org.br.



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/01/2019

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANÇEIRAS/ BANCÁRIAS
	1-13	14						
Saldo C/C	329,45	-	-	26,30	-	-	-	355,75
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	43.828.334,18	-	2.341.952,64	-	50.467.719,88
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.533.087,53	-	192.156,99	-	16.874.856,36
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.392.548,24	-	-	-	8.217.082,87
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	170.995,22	-	-	-	248.318,00
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	16.766,93	-	-	-	22.605,18
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	214.694,27	-	-	-	298.702,18
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.511,45	4.624.105,00	141.031,00	53.295.133,76	542.225,27	2.675.140,63	77.567,43	76.052.073,15
SALDO LÍQUIDO TOTAL								76.052.073,15

FAEP oferta curso sobre Imposto de Renda

Formação tem três níveis e é voltada aos colaboradores de sindicatos rurais de todo o Paraná. Aulas irão acontecer em Curitiba em março



Capacitação é voltada para os colaboradores dos sindicatos rurais

Serviço

Curso em Imposto de Renda

Básico – 12 e 13 de março, com carga-horária de 16 horas (dois dias)

Avançado I – 21 e 22 de março, com carga-horária de 16 horas (dois dias)

Avançado II – 1ª turma no dia 11 de março e 2ª turma no dia 20 de março, com carga-horária de 8 horas (um dia)

Local: Curitiba-PR

Inscrições: devem ser feitas até o dia 28 de fevereiro de 2019, pelo e-mail sindical@faep.com.br

A FAEP irá promover um curso sobre imposto de renda, nos níveis Básico, Avançado I e Avançado II. O objetivo é aumentar o nível de conhecimento de funcionários de sindicatos rurais de todo o Paraná para a prestação de serviços a produtores. As aulas irão acontecer em três datas diferentes do mês de março. A formação é gratuita, mas são apenas 20 vagas para cada turma (veja como se inscrever no quadro ao lado).

Por conta da importância do Imposto de Renda aos produtores rurais do Paraná, a FAEP desenvolveu esse treinamento em três níveis para os colaboradores de sindicatos, que estarão capacitados para atender todas as exigências da Receita Federal. “É a primeira vez que a FAEP desenvolve uma formação ainda mais avançada, pois alguns prestadores já realizaram o módulo básico em anos anteriores. Objetivo é repassar mais e novos conhecimentos”, pontua o coordenador do Departamento do Sindical, João Lázaro Pires.

A turma do nível básico será realizada nos dias 12 e 13

de março, com uma carga-horária total de 16 horas. Quem participar dessa turma irá ter um conhecimento inicial sobre as declarações de Imposto de Renda. Não é necessário ter conhecimento prévio sobre o assunto ou experiência no tema para integrar essa turma.

O Avançado I, por sua vez, é voltado para quem fez o básico no ano passado. Nesse caso, as aulas serão realizadas nos dias 21 e 22 de março, também com 16 horas. O módulo é destinado a quem já fez declarações, mas que ainda não dispõe de domínio sobre os conteúdos básicos e segurança na elaboração do documento à Receita Federal.

O Avançado II tem carga-horária menor, de 8 horas, e é o único que tem duas turmas. Uma acontece no dia 11 de março e outra no dia 20 de março. O módulo também é direcionado a quem já fez os treinamentos anteriores e tem mais experiência na elaboração de declarações. Na programação também conta com temas como aspectos de legislação e conteúdos mais aprofundados de modo a sanar dúvidas dos participantes.

Mercado de leite mantém tendência de alta

Com boas perspectivas, valores continuam se recuperando após queda em 2018

O cenário para o mercado de leite, a partir da segunda quinzena de janeiro, é positivo. Os preços estão em recuperação desde dezembro de 2018, e continuam a dar indícios de alta moderada para o mês de março, retornando à estabilidade. Em termos nominais, os preços de janeiro e fevereiro atingem patamares superiores em relação ao mesmo período dos anos anteriores. Os dados foram apresentados durante a reunião do Conseleite, realizada no dia 19 de fevereiro, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba.

O volume de leite captado cresceu significativamente, atingindo 129 pontos em fevereiro – 12 pontos acima da captação do volume de janeiro e 29 pontos em relação a dezembro do ano passado. Os produtos lácteos que obtiveram maior alta no volume vendido foram o leite em pó, leite spot, UHT e queijo prato. O restante dos derivados permaneceu estável.

Os preços se recuperam após forte queda que ocorreu até novembro de 2018, sendo puxados, principalmente,

pelo leite spot e UHT. As exceções são: o queijo parmesão, que em fevereiro sofreu queda nos preços; requeijão, que volta à média dos anos anteriores; e a bebida láctea, mas com pequeno percentual. O leite em pó, que fechou 2018 em queda e continuou recuando em janeiro, começa a ver sinais de recuperação.

O leite spot foi o produto que apresentou maior variação nos preços, com aumento expressivo desde dezembro até o fim de janeiro. A projeção de alta continua para o primeiro decênio de fevereiro, porém moderada.

O Conseleite aprovou o valor de referência do leite entregue em janeiro a ser pago em fevereiro em R\$ 1,0866. Com nova projeção de alta, o valor estabelecido para o produto entregue em fevereiro e pago em março fechou em R\$ 1,1127. Esses valores estão sujeitos a alterações, conforme os parâmetros de qualidade da matéria-prima. O simulador para cálculo está disponível no site www.conseleite.pr.com.br.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - DEZEMBRO/2018 e JANEIRO/2019

Matéria-prima	Valores finais em dezembro/2018	Valores finais em janeiro/2019	Variação (Janeiro - Dezembro)	
	(leite entregue em dezembro a ser pago em janeiro)	(leite entregue em janeiro a ser pago em fevereiro)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,0318	1,0866	-0,0548	-5,31%

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - PROJETADOS PARA JANEIRO E FEVEREIRO/2019

Matéria-prima	Valores projetados janeiro/2019	Valores projetados fevereiro/2019	Variação (Fevereiro - Janeiro)	
	(leite entregue em janeiro a ser pago em fevereiro)	(leite entregue em fevereiro a ser pago em março)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,0538	1,1127	0,0589	5,59%

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de fevereiro de 2019 é de **R\$ 2,3993/litro.**

A Resolução 02/2019 completa está disponível do site www.conseleitepr.com.br



Assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

Região Sul será responsável pelo primeiro passo do Brasil no mercado internacional

Aliança Láctea Sul Brasileira mira exportação. Embrapa aponta que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul irão puxar este processo

O setor leiteiro dos três Estados da região Sul deve puxar o processo para que o Brasil comece a se tornar um exportador de leite. O foco no mercado internacional faz parte de um dos pontos centrais do programa de trabalho definido pela Aliança Láctea Sul Brasileira, que congrega representantes da cadeia produtiva do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esse projeto de começar a enviar leite para o

exterior fez parte da reunião da entidade, realizada em 18 de fevereiro, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba.

Durante a sua apresentação no encontro, o chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, Paulo do Carmo Martins, apontou que o setor produtivo dos Estados da região Sul atingiu um padrão de excelência, com produtividade superior ao de países da União Europeia. Como exemplo,



O chefe da Embrapa Gado de Leite, Paulo Martins, apresentou os desafios para que o Brasil se torne exportador de leite

Gargalos

Apesar disso, Martins aponta que há alguns elementos estruturais, que entram a atuação do setor leiteiro do Brasil em escala internacional. Um dos pontos decisivos é o custo de produção, ainda considerado alto em comparação com outros países. Na avaliação do chefe da Embrapa, isso tem relação direta com a questão tributária: os impostos atrelados a insumos ainda pesam demasiadamente sobre a produção.

“Em comparação com a Argentina e Uruguai, por exemplo, os produtores de lá levam vantagem, porque têm custo de produção menor, por terem menos imposto embutido nos insumos”, observou Martins. “Tem que haver uma ação coordenada, que deve partir do próprio produtor”, acrescentou.

Outro aspecto que pode catapultar o leite do Brasil ao mercado internacional é a instalação de uma indústria láctea voltada exclusivamente para a exportação. Martins pondera que isso pode não ter ocorrido ainda por conta da “guerra fiscal” entre os Estados. “Essa guerra fiscal atrapalha o nosso setor. Não temos uma grande fábrica por causa disso”, disse. “Mas só com menor custo e maior qualidade é que seremos competitivos e ganharemos o mercado internacional”, completou.

Integração

O coordenador a Aliança Láctea Sul Brasileira, Airtton Spies, afirmou que o plano de trabalho para este ano é uma forma de se “apertar os elos da cadeia produtiva” e “nivelar para cima” a produção dos Estados da região Sul, com este foco direto no mercado internacional. “Ao sermos competitivos para exportar, também vamos ser competitivos para rechaçar as importações que tanto mal fizeram a nossa cadeia em 2018, por exemplo”, disse.

O presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP, Ronei Volpi, destacou a importância de os três Estados da região Sul convergirem esforços no sentido de otimizar o setor. “Temos que ter uma agenda concreta e conjunta. Os três Estados precisam agir conjuntamente e não há oportunidade melhor do que agora, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, preocupada com a nossa cadeia”, afirmou.

Criada em 2014, a Aliança Láctea Sul Brasileira congrega integrantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – entre os quais, representantes de órgãos de defesa sanitária, pesquisa agropecuária, extensão rural e setor privado. Juntos, os três Estados respondem por 40% da produção leiteira do Brasil. Participam das reuniões os secretários de Agricultura de cada Estado. “Precisamos perseguir níveis cada vez mais elevados. Temos essa visão clara e queremos fortalecer isso”, apontou o secretário de Agricultura e Abastecimento do Paraná, Norberto Ortigara.

o executivo mencionou a região de Castro, nos Campos Gerais do Paraná, onde a pecuária leiteira bate recorde atrás de recorde. Lá a produtividade média é de 7,4 mil litros de leite por animal por ano, índice 146% maior que a média nacional.

“Aqui [na região Sul], nós temos os ingredientes necessários para que o país se torne exportador de leite. Temos vários municípios com produtividade imbatível, e comparação até com países da União Europeia. Temos densidade de produção, ou seja, os caminhões que fazem a captação não precisam andar tanto entre uma propriedade e outra”, observou Martins.

O chefe da Embrapa Gado de Leite não tem dúvidas: o primeiro passo do Brasil no mercado internacional de leite será dado pelos estados da região Sul. Para que isso ocorra, ele considera fundamental que a indústria se foque em exportação, principalmente no que diz respeito a parâmetros exigidos em âmbito global.

“O Brasil pode e deve aprender muito com o que está sendo feito no Sul. Agora, só é preciso uma atuação um pouco mais agressiva dos produtores e da Aliança Láctea. O leite competitivo internacionalmente é o dos três Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”, disse.



No evento, diversas autoridades e produtores foram homenageados pela sua contribuição ao longo das quase nove décadas do Sindileite-PR

Sindileite-PR comemora 87 anos com livro e homenagens

Além do lançamento da obra, diversos profissionais e produtores foram reconhecidos pela colaboração para o desenvolvimento do setor

Fundada em 22 de maio de 1932, o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Paraná (Sindileite-PR) comemora 87 anos em 2019. Para marcar a trajetória de sucesso, a entidade realizou o lançamento do livro “Sindileite Paraná – 87 anos de história: na defesa dos interesses do setor leiteiro paranaense”, no dia 18 de fevereiro, auditório Mário de Mari, na sede da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), no Jardim Botânico, em Curitiba. A obra conta com o apoio da FAEP, Sistema Ocepar, Sistema Fiep e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

O evento contou com a presença de cerca de 400 convidados. Na ocasião, além do lançamento do livro, foram prestadas homenagens a algumas personalidades. Quando

o Sindileite foi constituído, a cidade de Curitiba possuía cerca de 100 mil habitantes, muitos imigrantes europeus e a economia do município era baseada única e exclusivamente na atividade rural. Nos arredores da capital paranaense, granjas de leite e de hortifrutigranjeiros abasteciam as casas diariamente, por meio de carroças que circulavam pela cidade. Esta foi a base que possibilitou a expansão da atividade leiteira para outras regiões do Paraná.

Na abertura do evento, o presidente executivo do Sindileite-PR, Wilson Thiesen, fez um relato sobre como a entidade começou a ser escrita por um grupo de leiteiros da capital paranaense, além de fatos interessantes e que marcaram as décadas.



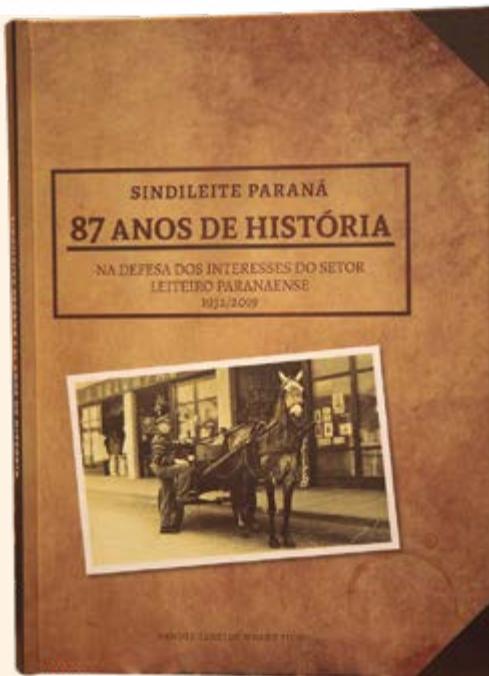
Ronei Volpi, acompanhado de sua esposa Maria, foi homenageado pelo sindicato

Homenagens

Durante o evento foram prestadas homenagens de reconhecimento e de agradecimentos. Representando todos os produtores de leite do Paraná, o presidente da Comissão Técnica de Pecuária de Leite da FAEP, Ronei Volpi, acompanhado da esposa e produtora, Maria Ely Volpi, foi homenageado pelo sindicato.

A Cooperativa Agroindustrial Frísia, de Carambeí, fundada no ano de 1925, foi homenageada por ter sido a primeira indústria de leite instalada no Paraná, inicialmente com o nome de Batavo. A homenagem foi recebida pelo presidente, Renato Greidanus.

João Manfredo Warkentin Siemens que conduziu o sindicato por quatro mandatos foi outro homenageado pela sua liderança sindical, produtor e ex-presidente da Cooperativa de Laticínios de Curitiba (Clac). Já o ex-governador, ex-secretário, ex-deputado e atual presidente do BRDE, Orlando Pessuti, foi o homenageado por todo o apoio à causa do setor leiteiro, em especial, por ter presidido a Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Paraná na década de 1990 (CPI do Leite) e que foi um divisor de águas na relação entre produtores, indústria e varejo. O último homenageado foi o ex-presidente, Wilson Thiesen que recebeu da diretoria do sindicato uma placa de agradecimento pela sua dedicação no desenvolvimento do setor da indústria leiteira no Paraná e no Brasil.



O livro

De autoria do jornalista Samuel Milléo Filho, a publicação com 260 páginas inicia pela história do leite, desde as civilizações mais antigas e passa pela chegada dos imigrantes alemães menonitas na capital paranaense. “Famílias que se instalaram nos bairros do Boqueirão e Xaxim e dedicaram toda uma vida na vocação de produzir leite e distribuir diretamente nas casas dos curitibanos. Um profundo estudo de pesquisa mostra com fotos da época o quanto Curitiba foi uma cidade rural até o início da década de 1960. Nas pesquisas levantadas pelo escritor foi possível constatar que no mesmo ano que o Sindileite Paraná foi fundado, 1932, Curitiba tinha no cadastro municipal 1.029 carroças de 2 rodas com mola, 297 sem molas, 112 carroças de condução, 1.100 carroças de quatro rodas coloniais, totalizando 2.538 veículos de tração animal, contra apenas 933 automóveis e 30 motocicletas”, descreve Milléo.

Para o presidente do Sindileite-PR, Marco Antônio Gallassini da Silva, “é importante deixar este registro em um livro sobre as lutas e conquistas. É uma referência para as futuras gerações. Histórias de pioneiros que também contribuíram para uma importante conquista para o setor: ter um órgão representativo e voltado aos interesses dos leiteiros particulares no passado e, hoje, em defesa de toda a cadeia, do produtor à indústria e consumo”, destacou.



INDIANÓPOLIS

PANIFICAÇÃO

Nos dias 16 e 17 de outubro de 2018, o Sindicato Rural de Cianorte promoveu o curso "Produção Artesanal de Alimentos – Panificação". A instrutora Sílvia Lucia Neves capacitou 13 pessoas.



ALTAMIRA DO PARANÁ

CONTROLE DE DOENÇAS

Um grupo de 11 produtores participou do curso "Trabalhadores Agrícolas na Olericultura - Identificação e Controle de Doenças", realizado pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa, entre os dias 22 e 26 de outubro do ano passado. A instrutora foi Beatriz Santos Meira.



ANDIRÁ

ARTESANATO

A instrutora Cleide Ferreira Mattos treinou nove alunos ao longo do curso "Cestaria e Trançados - Artesanato em Taboa e Fibras de Bananeira", realizado entre o dia 29 de outubro e 10 de novembro de 2018. A capacitação aconteceu por incentivo do Sindicato Rural de Andirá.



PORECATU

ROÇADEIRA PROFISSIONAL

O Sindicato Rural de Porecatu organizou o curso "Trabalhador na Operação e na Manutenção de Roçadeiras - Roçadeira Profissional", entre os dias 5 e 12 de novembro do ano passado. O instrutor Eder Paulo Arrabal Arias treinou 10 pessoas.



SÃO JOÃO

COLHEDORAS AUTOMOTRIZES

Entre os dias 5 e 9 de novembro do ano passado aconteceu o curso "Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - Colhedora Tangencial - Norma Regulamentadora 31.12", por incentivo do Sindicato Rural de São João. Um grupo de sete pessoas foi capacitado pelo instrutor Adelar Cagnini.



PALOTINA

PRIMEIROS SOCORROS

O Sindicato Rural de Palotina e a empresa OAK Soluções Integradas promoveram o curso "Trabalhador na Segurança no Trabalho - Primeiros Socorros", nos dias 5 e 6 de novembro de 2018. Na ocasião, nove alunos foram treinados pelo instrutor Josias Batista de Barros.



CAMPO MOURÃO

ARMAZENISTA

Entre os dias 5 e 24 de novembro do ano passado, oito pessoas participaram do curso "Armazenista - 40 horas", realizado pelo Sindicato Rural de Campo Mourão. O instrutor foi Ramon Ponce Martins.



COLOMBO

CULTIVO EM SUBSTRATO

O instrutor Gustavo Nunes Scariot capacitou 10 pessoas ao longo do curso "Trabalhador no Cultivo de Espécies Frutíferas Rasteiras - Morangueiro - Cultivo em Substrato", promovido pelo Sindicato Rural de Colombo, entre os dias 6 de novembro e 12 de dezembro de 2018.

VIA RÁPIDA

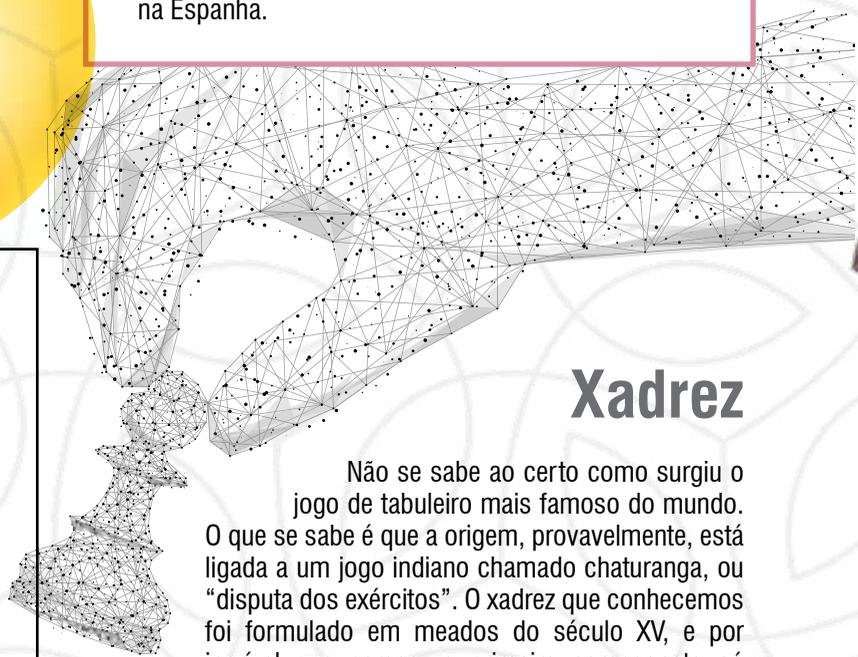


Leite fermentado

A história do iogurte é incerta, mas acredita-se que tenha sido criado por acidente, quando uma planta infectada com as bactérias responsáveis pela sua fermentação entrou em contato com o leite fresco. Isso teria acontecido no período neolítico, datado em 7 mil a.C. aproximadamente. Entretanto, o iogurte só começou a ser industrializado em 1919 pela Danone, na Espanha.

Tudo é questão de perspectiva

Não parece que a Lua e o Sol têm o mesmo tamanho? A ciência explica que o diâmetro do Sol é 400 vezes maior do que o da lua. Porém, como o Astro-Rei está 400 vezes mais distante da Terra do que a Lua, a incrível proporção nos dá essa ilusão. Ou seja, tudo é uma questão de perspectiva que temos daqui da Terra.



Xadrez

Não se sabe ao certo como surgiu o jogo de tabuleiro mais famoso do mundo. O que se sabe é que a origem, provavelmente, está ligada a um jogo indiano chamado chaturanga, ou “disputa dos exércitos”. O xadrez que conhecemos foi formulado em meados do século XV, e por incrível que pareça, o primeiro campeonato só aconteceu em 1886. Aliás, os jogadores são chamados de enxadristas.



Gosta de praia?

O litoral da Austrália é tão extenso que interligada 10.685 praias, o que significa que é possível conhecer uma nova praia por dia durante 29 anos.



Majestoso, mas nem tanto

Mesmo sendo grande e majestoso, o leão não é o maior felino do mundo. O posto é ocupado pelo tigre, único felino que vive em grupo na natureza, chegando a ter 15 membros. E quem manda na alcateia (coletivo de leão, também!) é a fêmea, também a caçadora do grupo. Ao contrário do que dizem, os leões não vivem em florestas ou selvas, e sim em savanas, pastagens abertas que lhes permitem caçar melhor.

Para os supersticiosos

Com origem na cultura japonesa, o maneki-neko, que significa “gato que acena”, é um grande amuleto para quem quer trazer riqueza e sorte para o seu lar. Diz a tradição que a escultura com a pata esquerda levantada atrai clientes e a direita, sorte e dinheiro. No Japão é muito comum encontrar um maneki-neko em casas e templos.



Dançarino

Duas mães conversam sobre o talento de seus filhos:

- O meu menino gosta muito de dançar e de cantar. Quando crescer quer se dedicar a uma destas duas coisas.
- Então acho que devia se dedicar à dança.
- Por quê? Já o viu dançar?
- Não. Mas já o ouvi cantar!!!



La Plaza Mafalda

Mafalda, criada pelo cartunista argentino Quino, em 1963, chegou à fama por sua irreverência e visão reflexiva de mundo. No entanto, a personagem surgiu para participar de um comercial de uma linha de eletrodomésticos, que nunca foi veiculado. Só em 1964 que Mafalda deu “oi” ao mundo na revista Leoplán. A partir daí, tamanho sucesso, rendeu uma praça em Buenos Aires, construída em sua homenagem e que carrega seu nome: Plaza Mafalda.



UMA SIMPLES FOTO



Agora, você também pode acompanhar **24 horas por dia** o que o Sistema FAEP/SENAR-PR está fazendo.

Siga nossas redes sociais



Facebook
Sistema Faep



Instagram
sistema.faep



Twitter
SistemaFAEP



Linkedin
sistema-faep



Flickr
SistemaFAEP

SISTEMA FAEP



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

